



**REQUERIMENTO N° /2019**  
**(Do Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr.)**

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Turismo com o objetivo de discutir a possibilidade de formalização de um plano para a melhoria das condições atuais da Reserva Biológica do Tinguá, bem como incentivos para a sua reforma, manutenção e segurança.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para debater a possibilidade de formalização de um plano de investimentos para a melhoria das condições atuais da Reserva Biológica do Tinguá, bem como incentivos para a sua reforma, manutenção e segurança.

Sugiro desde já, a participação dos seguintes convidados:

- 1 - Representante da Cia. Estadual de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro - **CEDAE**;
- 2 - Representante do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – **ICMBio**;
- 3 - Dr. Julio José de Araújo Junior – **Procurador da República** – São João de Meriti – (21) 2753.7900 – [julioaraujo@mpf.mp.br](mailto:julioaraujo@mpf.mp.br), [pgr-assart@mpf.br](mailto:pgr-assart@mpf.br);
- 4 - Dr. Leandro Travassos – Representante da Reserva Biológica – **REBio**;
- 5 - Representante de **FURNAS** - Centrais Elétricas;
- 6 – Representante da Petróleo Brasileiro S.A. – **PETROBRAS** – TRANSPETRO;
- 7 - Representante da **Secretaria de Estado do Meio Ambiente** do Rio de Janeiro;
- 8 – Representante da Empresa **NTS Brokfield** – Dutos que cortam a REBio e
- 9 – Representante da Concessionária **CONCER**.



## JUSTIFICAÇÃO

Conforme informações veiculadas na internet pela Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal (MPF) em São João de Meriti (RJ) expediu recomendações ao Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, ao Presidente e ao Coordenador Regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), na 8ª Região, com o objetivo de assegurar a condições mínimas de funcionamento da Reserva Biológica do Tinguá.

A Recomendação n.º 01/2016 pede ao ICMBio a designação, com urgência, de pelo menos três analistas ambientais para atuar na Reserva Biológica do Tinguá, assegurando a continuidade das atividades de fiscalização da unidade. Recomenda, ainda, a apresentação de um Plano de Monitoramento e Fiscalização da Rebio Tinguá, prevendo cronograma de fiscalizações da unidade, bem como a contratação de apoio administrativo à Rebio Tinguá, de forma a assegurar o atendimento das demandas administrativas da Unidade de conservação.

A Recomendação n.º 02/2016 recomenda ao ICMBio a reforma completa das instalações físicas, hidráulicas e elétricas das três estruturas que compõem a sede administrativa da Rebio Tinguá, a regularização do pagamento dos salários dos prestadores de serviços terceirizados com atuação na Rebio Tinguá, viabilizando a continuidade dos serviços prestados, dentre outras providências administrativas necessárias ao regular funcionamento da Rebio Tinguá.

Em 2015, o Ministério Público Federal instaurou o Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000668/2015-78, com o objetivo de apurar a precariedade na estrutura física e de pessoal da Rebio do Tinguá. Após inspeção realizada na sede da unidade, verificou-se que a Rebio conta com estrutura física extremamente precária, com a última reforma tendo ocorrido há cerca de quinze anos, em 2001.

Constatou-se que a unidade conta atualmente apenas com um analista ambiental apto a realizar as atividades de fiscalização da Reserva, que tem mais de 26 000 hectares de extensão. Nos últimos três anos, apurou-se que o quantitativo de autos de infração lavrados no âmbito da Rebio do Tinguá teve redução drástica de 153 autos emitidos em 2014, para 53 autos lavrados em 2015 e para apenas 3 autos lavrados em 2016, situação que demonstra o total e completo abandono da Reserva Biológica do Tinguá.

Apontou-se no ICP, ainda, a desproporcionalidade nos critérios utilizados pela Rebio para a lotação de analistas ambientais. O Parque Nacional da Tijuca, unidade com extensão de quatro mil hectares, conta com doze analistas ambientais, não se justificando a



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr. - Progressistas/RJ**

Rebio do Tinguá, com extensão seis vezes maior, ter quantitativo de apenas um analista ambiental, apto a realizar fiscalizações.

Além do gravíssimo quadro de insuficiência de pessoal para fiscalização, a Reserva Biológica do Tinguá passa por grave carência de pessoal em suas atividades–meio. A unidade está sem secretaria administrativa, e os prestadores de serviço das áreas de limpeza e conservação estão atrasados há mais de três meses.

Diante do exposto, minha proposta é a de assegurar a formalização de um plano para a melhoria das condições atuais da Reserva Biológica do Tinguá, bem como incentivos para a sua reforma, manutenção e segurança.

Sala das Sessões, em        de setembro de 2019.

Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr. - PP/RJ